

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deputados aprovam texto-base do ICMS ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Amazônia perdeu verba de proteção de fronteira ..... 5

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Conta gov.br: está com problemas no acesso? Veja como resolver ..... 6

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Agências do INSS fecham nesta quinta e sexta; veja como reagendar atendimentos ..... 8

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ato de auditores em Porto Alegre ..... 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Promessa de reajuste do vale-alimentação pode não sair do papel ..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Teto do ICMS vai entrar na campanha - BRASÍLIA - DF ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para Paulo Guedes, o Brasil está "decolando de novo" ..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Líder do governo no Senado descarta golpe de Bolsonaro ..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC deve dar novo alerta sobre risco fiscal após plano para combustível ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STJ autoriza sequestro de bens em processo de sonegação fiscal ..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Solução agora, custo no futuro (Editorial) ..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pressão sobre o juro (Editorial) ..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

O Vale do Javari e nosso eterno vale-tudo (Artigo) ..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Demos o golpe, e agora? - ELIO GASPARI ..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara aprova texto-base de projeto que limita alíquotas de ICMS.....23

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
ECONOMIA

Greve de 15h prejudica 1,5 milhão em SP e vai aumentar custo do transporte.....25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Copom refém da incerteza - FÁBIO ALVES.....27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

O Brasil diante do quadro externo ruim (Editorial).....28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Contas do governo registram superávit de R\$ 28,6 bi em abril.....29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

No pós-Covid, varejo espera melhor inverno em vendas desde 2014.....30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Bolsa tem 8º pregão seguido de queda. Dólar sobe a R\$ 5,13.....31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Brasil cai para 59º lugar em ranking de competitividade.....32

# Deputados aprovam texto-base do ICMS



RAPHAEL FELICE

Por 348 votos favoráveis e nenhum contrário, a Câmara aprovou, ontem, o texto-base do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022 que fixa teto de 17% para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - um tributo estadual - incidente nos combustíveis, na energia elétrica, nos serviços de telecomunicações e no transporte coletivo. Por causa de problemas no painel eletrônico, foi transferida para hoje a conclusão da votação das emendas do Senado ao projeto.

O Projeto de Lei Complementar 18/22 estabelece que, até 31 de dezembro de 2022, haverá uma compensação paga pelo governo federal aos estados pela perda de arrecadação do ICMS. Essa contrapartida seria por meio de descontos em parcelas de dívidas re-financiadas de entes federativos junto à União. Os que não estão endividados receberão a contrapartida em 2023, com recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), e terão prioridade para contratar empréstimos avalizados pela União.

O relator da proposta na Câmara, Elmar Nascimento (União Brasil-BA), acatou a maioria das modificações efetuadas pelo Senado, mas rejeitou duas alterações importantes. Uma delas foi sobre o gatilho de compensação. O texto relatado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) previa ativar o mecanismo caso os estados tivessem perdas arrecadatórias superiores a 5%, mas somente em relação aos itens citados no PLP (combustíveis, energia elétrica e serviços de telecomunicações e de transporte público). Os deputados, no entanto, retomaram a redação original, de que a perda deve ser considerada em relação ao ICMS total, sobre todos os bens e serviços. A Câmara também rejeitou a

alteração feita pelos senadores de que os valores obtidos pelos estados com a cobrança do tributo em 2021 fossem ajustados pela **inflação** (IPCA).

O governo articulou a apreciação da proposta desde o início do dia. Logo pela manhã, quando não se tinha certeza de que haveria quórum "seguro" para votar, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o PLP 18 seria colocado em análise.

Ao longo da sessão plenária, oposição e aliados do Executivo mantiveram o debate sobre a eficácia do projeto. Governistas sustentam que a mudança vai diminuir os preços dos combustíveis para o consumidor final e ajudará no controle da **inflação**. Já os opositores defendem que não haverá redução significativa nos postos de gasolina, mas áreas como saúde e educação podem ser prejudicadas.

"O nosso debate é que o caminho que o governo escolhe é da demagogia e que não vai resolver, de fato, o problema. O caminho era muito mais simples: colocar um ponto final na dolarização da economia brasileira", disse o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), se referindo à Política de Paridade de Importação (PPI), adotada pela Petrobras para definir os preços no mercado interno. "O governo prefere um caminho de curtíssimo prazo, com efeitos colaterais gravíssimos para o sistema federativo brasileiro. Vai deixar uma bomba-relógio para o próximo presidente da República", complementou.

Longo prazo

Na avaliação do autor da proposta original, Danilo Forte (União-CE), além de conter os preços de forma imediata, ao zerar **impostos** federais como Cide, PIS e Cofins até 31 de dezembro, o texto resolve uma questão estrutural com relação às alíquotas do ICMS cobradas nos itens previstos no texto.

"Essa proposta tem solução de longo prazo, é estruturante, porque, na hora em que você reduz tributo, reduz para a vida toda. O país não se pode é conviver com a taxa de **impostos** de tributo com encargos de 49% na conta de energia, como em alguns estados. Isso é um absurdo. Não se vê isso em país quase nenhum", afirmou.

O deputado federal Celso Sabino (União-PA) também defendeu o teto de ICMS e alegou que não haveria prejuízos aos estados, pois eles estariam com uma "superarrecadação". "Segundo o Confaz (Conselho

Nacional de Política Fazendária), os estados arrecadaram, nesses primeiros quatro meses, mais de R\$ 34 bilhões. Não estamos aqui falando em tirar recursos dos ente federativos, mas para deter essa superarrecadação dos estados", pontuou.

Governo faz apelo à Petrobras

Emissários do governo se reuniram, na noite de segunda-feira, com a diretoria da Petrobras para tentar impedir o aumento de combustíveis que a estatal planeja anunciar ainda nesta semana. A ideia é reajustar o preço da gasolina em 9% e o do diesel, em 11%, como forma de amenizar a defasagem de valores entre o mercado interno e o internacional. O governo teme que o reajuste anule os esforços para aprovação de projeto no Congresso que limita o teto do ICMS em 17% para uma série de itens, entre eles, os combustíveis. Por isso, quer que a Petrobras aguarde mais tempo para elevar os preços, evitando, assim, atrapalhar a votação. A diretoria da estatal teria recebido bem a proposta, sem, no entanto, dar certeza ao governo de que vai manter os preços congelados. é possível, inclusive, que o percentual do aumento seja reduzido.

# Amazônia perdeu verba de proteção de fronteira

*Maria Cristina Fernandes De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187245?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187245?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187245?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187245?page=1&section=1)

# Conta gov.br: está com problemas no acesso? Veja como resolver

## Por g1

A conta gov.br dá acesso aos serviços digitais do governo como, por exemplo, **INSS**, carteira de trabalho digital, **Receita Federal**, eSocial, entre outros.

Estas contas são divididas em ouro, prata e bronze. O padrão ao entrar no serviço é ter o acesso bronze. O login nível prata ou ouro exige maior nível de segurança, como reconhecimento facial, permitindo o acesso a bancos credenciados e a serviços mais sensíveis - como o resgate de valores esquecidos nos bancos.

## Como criar a conta

A criação da conta gov.br é gratuita. Quem ainda não possui pode fazer o cadastro pelos seguintes caminhos:

Site Acesso (<https://sso.acesso.gov.br>) App gov.br (link iOS ou link Android)

## Como aumentar o nível da conta gov.br?

A conta gov.br tem três níveis de segurança e acesso: bronze, prata e ouro.

Ao ser criada via formulário online do **INSS** ou da **Receita Federal**, por exemplo, a conta gov.br costuma iniciar no nível bronze, que dá acesso apenas parcial aos serviços digitais do governo e cujo grau de segurança é considerado apenas básico.

Ao fazer o login no gov.br, o cidadão já é informado do nível da conta. Para aumentar o nível, basta seguir as instruções ou entrar em Privacidade/Selos de Confiabilidade.

## Como obter nível prata

O nível prata é obtido por meio de:

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH) Validação dos dados pessoais via internet banking de um banco credenciado Validação dos dados com usuário e senha do SIGEPE, se o cidadão for servidor público federal

## Como obter nível ouro

O nível máximo de segurança pode ser através de:

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Justiça Eleitoral Validação dos seus dados com Certificado Digital compatível com ICP-Brasil

## Está com problemas na conta?

Confira, abaixo, qual pode ser a razão do problema e como solucioná-lo:

## Como recuperar a conta de acesso

Para recuperar a conta de acesso, digite o CPF na tela inicial e clique no botão Continuar. Em seguida, clique no link Esqueci minha senha. O Login Único avaliará a forma mais segura para recuperar a conta ao cidadão.

## Por meio do aplicativo gov.br:

Clique no botão Gerar QR-CODE. Caso não possa recuperar pelo aplicativo, basta clicar no botão Não tenho celular.

O QR-CODE para criação da conta será apresentado em tela. Abra o aplicativo gov.br e clique no botão Ler QR CODE. Aponte o celular para tela do computador para fazer a leitura do QR-CODE. Em seguida, clique em Fazer Reconhecimento Facial. Posicione o rosto de frente para câmera celular e siga as orientações até sistema validar as informações. Por fim, preencha os campos com uma nova senha e clique em Concluir para recuperar o cadastro.

## Por meio dos bancos credenciados:

Clique na imagem do banco credenciado desejado. Caso não possa recuperar pelo banco, basta clicar no botão Recuperar de outra forma.

Siga os procedimentos do banco credenciado e defina a senha e clique em Concluir para finalizar a recuperação da sua conta.

## Por e-mail:

Após conferir se o e-mail do cadastro está correto, clique em **Enviar código** . Caso não possa recuperar pelo e-mail, basta clicar em **Não tenho acesso a este e-mail** . Abra o e-mail e busque o código de acesso encaminhado (confira na caixa de spam caso não esteja na caixa de entrada). Digite o código de acesso e clique em **Avançar** . Defina a senha e finalize a recuperação da sua conta.

Por Mensagem de Texto (SMS):

Confira se o número de celular no cadastro está correto e clique em **Enviar código** . Caso não possa recuperar pelo número de celular, basta clicar em **Não tenho acesso a este celular** . Confira a mensagem recebida no celular informado e digite o código no campo **Código de 6 caracteres**, e clique em **Avançar** . Defina a senha e finalize recuperação da sua conta.

Não é possível cadastrar senha

As senhas das contas devem ter entre oito e 70 caracteres. Elas podem incluir:

Letras maiúsculas e minúsculas. As senhas diferenciam maiúsculas de minúsculas, portanto "C" é diferente de "c"; Números; Símbolos (! " # \$ % ( ) \* + , - . / : ; ? @ [ ] ^ { | } ).

Evite senhas comuns como: Datas, 12345678 e nomes.

Código de acesso pelo e-mail ou SMS não chega

Possíveis causas:

SMS ou E-mail inválido (erro de digitação) ou E-mail de confirmação está na sua caixa de spam (Lixo Eletrônico) ou E-mail de confirmação ainda não chegou na sua caixa de e-mail ou; SMS de confirmação depende da funcionalidade de mensagem está disponível ao celular pela operadora ou; SMS de confirmação depende de créditos disponíveis no plano de celular para recebimento de mensagens.

Dependendo do serviço de e-mail, pode demorar até 24 horas para chegar na caixa de e-mail. E dependendo do serviço de SMS, pode não receber a mensagem de imediato. Aguardar alguns minutos para verificar novo envio.

Alterações no cadastro

Caso o cidadão perceba alterações no cadastro que não foram feitas por ele, deve enviar e-mail para [atendimentogovbr@economia.gov.br](mailto:atendimentogovbr@economia.gov.br) seguindo as orientações:

Colocar o assunto do e-mail: **Não alterei meus dados cadastrais. Colocar o conteúdo do e-mail com as informações:**

Nome do Cidadão; CPF do Cidadão; Uma foto de rosto (selfie) do cidadão, mostrando o seu documento com a foto ao lado do rosto; Anexar o Print (foto/captura da tela) do e-mail ou SMS recebido com informação da alteração.

A partir daí, basta seguir os procedimentos para recuperação de conta.

Mensagem: "Erro ao realizar o login do usuário. Tente novamente"

Os portais REDESIM site externo e Empreendedor site externo necessitam, para autenticação, do e-mail no cadastro do login único. Caso o e-mail não esteja cadastrado, os portais apresentam a mensagem Erro ao realizar o login do usuário. Tente novamente .

Para resolver a situação, favor seguir os passos:

Acessar a Conta gov.br; Inserir o e-mail por meio dos passos presentes na alteração dos dados cadastrais; Realizar autenticação no portal novamente para continuar processo.

VÍDEOS: notícias de economia

**Site:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/15/conta-govbr-com-problemas-no-acesso-veja-como-resolver.ghtml>

# Agências do INSS fecham nesta quinta e sexta; veja como reagendar atendimentos

*Por Renata Baptista, g1*

Agências do **INSS** ficam fechadas devido ao feriado de Corpus Christi. - Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

As agências do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ficarão fechadas nesta quinta-feira (16) e na sexta-feira (17) devido ao dia de Corpus Christi e ao ponto facultativo definido em portaria publicada nesta terça-feira (14) no Diário Oficial da União.

Feridos e pontos facultativos de 2022: veja o calendário Bancos fecham neste feriado de Corpus Christi; veja como ficam os pagamentos INSS: como consultar benefícios sem precisar ir a uma agência

A Central Telefônica 135 também não funciona na quinta-feira para atendimento humano, mas é possível navegar pelos serviços automatizados, nas opções do menu inicial na Unidade de Resposta Audível (URA).

Quem teve agendamento marcado para o dia 17 deve reagendar o atendimento. Veja como fazer:

Por telefone:

A central de atendimento por telefone do **INSS**, no número 135, está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h - exceto feriados.

Pela internet:

A remarcação também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para download para Android e iOS, ou pelo site Meu **INSS**.

**Site:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/15/agencias-do-inss-fecham-nesta-quinta-e-sexta-veja-como-reagendar-atendimentos.ghtml>

# Ato de auditores em Porto Alegre

## BÔNUS DE EFICIÊNCIA

Auditores-fiscais da **Receita Federal** realizaram um ato ontem em Porto Alegre. Eles pediam a regulamentação do Bônus da Eficiência, previsto na Lei 13.464/17, até hoje não implementada, e protestavam contra o Projeto de Lei 17/22, que institui regras gerais sobre os direitos e garantias do contribuinte e deveres da Fazenda, o que o Sin-difisco apelidou de "código de defesa do sonegador". "Além disso, também estamos brigando por concursos públicos, por causa da defasagem dos servidores. Nossa mobilização já está em seu sexto mês", afirmou o audi-tor-fiscal Diogo Loureiro.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10370>

# Promessa de reajuste do vale-alimentação pode não sair do papel

**MANOEL VENTURA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Teto do ICMS vai entrar na campanha - BRASÍLIA - DF



**DENISE ROTHENBURG**

Os bolsonaristas vão aproveitar esse embalo da aprovação do teto do ICMS dos combustíveis para dizer na campanha que, se Bolsonaro for reeleito, a tributária será votada no início do segundo mandato. Vão lembrar, inclusive, que a reforma da Previdência, pendente dos governos Lula, Dilma e **Temer**, foi aprovada no governo de Bolsonaro. A ordem deles é dizer que, se Lula entrar, tem tanta coisa para mudar que a tributária ficará em segundo plano.

Entre os técnicos ligados aos mais diversos partidos,

porém, a aprovação do projeto que estabelece o teto do ICMS dos combustíveis foi um alerta aos defensores da **reforma tributária** ampla: ou eles correm para tentar buscar um ambiente político capaz de resolver a desigualdade na cobrança e na distribuição de **impostos**, ou novos projetos desse tipo virão. Este ano, no entanto, a votação da reforma já foi atropelada pelo calendário eleitoral. No ano que vem, independentemente de quem for eleito, eles querem forçar para começar por esse tema.

Centro dividido...

A candidatura de Luciano Bivar pelo União Brasil tira de Simone Tebet a tarja de "representante da chamada terceira via". Afinal, a ideia de unir todos os partidos de centro para tentar quebrar a polarização acabou. Bivar será candidato para sedimentar o partido, e há ainda Ciro Gomes, do PDT.

...e pulverizado

Diante desse quadro de várias candidaturas, o MDB tende a seguir, em cada estado, o candidato a presidente que apresentar maior convergência aos seus projetos estaduais. Simone Tebet pode até conseguir a candidatura na convenção nacional, mas só terá apoio, de fato, se mostrar mais condições nas pesquisas.

Imposto global...

Professor do programa de pós-graduação em ciência política da Universidade de Goiás, Francisco Tavares agitou o congresso luso-brasileiro dos auditores fiscais, em Salvador, ao defender a tributação global e lançar a ideia de uma conferência nos moldes da Rio92 com o objetivo de discutir sua aplicação, por exemplo, para as grandes empresas de tecnologia como forma de combate à desigualdade social. O assunto vem ganhando corpo no mundo dos acadêmicos.

...causa polêmica

O mediador, que deveria baixar a temperatura do debate, era o secretário executivo do Centro Interamericano de Administrações Tributárias, Márcio Verdi, que rechaça essa ideia e não conseguiu esconder a irritação: "Não vou discutir aqui utopias e

ideologias", respondeu. O presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, assumiu as vezes de cerimonialista e encerrou o painel.

#### CURTIDAS

Troca não troca/ Enquanto o pré-candidato do União Brasil a presidente da República, Luciano Bivar (foto), dizia que não era uma celebridade, mas seu partido tinha projeto, os comentários da live no Instagram eram na linha de "Moro presidente". Não vai ter troca de candidato.

Moro e Bolsonaro juntos?/ O deputado Ney Leprevost (União Brasil-PR) não perdeu as esperanças de ter Sergio Moro candidato ao Senado numa dobradinha com o governador Ratinho Júnior (PSD). Só tem um probleminha: Júnior hoje apoia Jair Bolsonaro, que quer distância de Moro.

Mostrou serviço/ Prestes a completar um ano, a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo comemora o fato de ter contribuído no debate para a aprovação de 20 projetos dos 45 que integram a sua agenda legislativa. Na lista estão a MP dos cartórios, que vai digitalizar documentos e agilizar a vida do cidadão, e o marco legal de garantias, que vai auxiliar na concessão de empréstimos bancários e na redução dos juros para pessoas físicas e jurídicas. Sinal de que nem tudo é descolado do cidadão no Parlamento brasileiro, especialmente num ano eleitoral.

# Para Paulo Guedes, o Brasil está "decolando de novo"



Apesar da disparada do dólar e dos riscos fiscais apontados por economistas do mercado financeiro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, aproveitou um evento em São Paulo, voltado para investidores, para retomar o discurso otimista de que o Brasil está "decolando de novo", na contramão do resto do mundo.

"Temos três choques colossais botando pressão no mundo. A re-configuração das cadeias produtivas é a parte ruim da crise. A **inflação** vai subir no mundo e vai ter recessão e pressão nos sistemas políticos", afirmou Guedes, durante a abertura da 5ª edição do Fórum de Investimentos Brasil (BIF).

A **inflação** global é resultado da forte expansão fiscal adotada pela maioria dos países para reduzir os efeitos recessivos da pandemia da covid-19, pela interrupção das cadeias produtivas e, mais recentemente, pela alta dos preços das commodities decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Na avaliação do ministro, a recessão vai atingir as economias desenvolvidas, como Estados Unidos e Europa, que ainda estão no início do processo de aperto monetário para segurar a **inflação**. Segundo ele, as economias globais estavam tentando um pouso suave da pandemia, mas a guerra na Ucrânia acabou provocando um "hard landing". "Vai voar pedaço para todo lado, e já vai dar errado", apostou Guedes, ao lado do presidente Jair Bolsonaro (PL), que também participou da abertura do BIF. Já o Brasil, está "decolando de novo", por ter se adiantado no ajuste da política monetária em 2021, quando o Banco Central iniciou o aumento da taxa básica de juros (Selic).

Para o ministro, os economistas continuarão revisando para cima as previsões do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro. Guedes voltou a afirmar que existem R\$ 800 bilhões de investimentos comprometidos para os próximos anos em infra-estrutura, que ajudarão o país a retomar o crescimento.

Pelas novas projeções do mercado, o **PIB** brasileiro deverá crescer entre 1% e 1,5% neste ano, mas diante da escalada da **inflação** e dos juros, as previsões para 2023 estão piorando, ao contrário do que prevê Guedes. Algumas casas de análise apostam até em queda do **PIB** no ano que vem, especialmente porque as medidas fiscais que estão sendo adotadas agora, como o corte de **impostos** para reduzir o preço dos combustíveis, deverão resultar em mais **inflação** no ano que vem. "O Brasil deve decolar ladeira abaixo", disse um economista do mercado financeiro após ouvir a fala de Guedes.

Entretanto, o otimismo do ministro voltou com força. "O Brasil é a maior fronteira de investimento hoje", garantiu Guedes. Ele disse que os marcos regulatórios permitem "uma retomada gradual da volta do capital estrangeiro", porque o país também está em processo de abertura comercial, reduzindo os **impostos** de importação. "Ao contrário dos outros países, estamos abrindo a fronteira, mas com todo o cuidado. Somos liberais, mas não somos trouxas", disse.

## PIB

# Líder do governo no Senado descarta golpe de Bolsonaro



O senador Carlos Portinho Edilson Rodrigues - 27.out.21/Agência Senado

## **Danielle Brant e Renato Machado Brasília**

Recém indicado líder do governo no Senado, o senador Carlos Portinho (Pb RJ) demonstra alinhamento com o discurso do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o Judiciário -que, diz, age "com o fígado". Descarta, no entanto, que o mandatário possa tentar um golpe caso seja derrotado nas eleições de outubro.

Em entrevista à Folha na segunda (13), ele reconheceu que dificilmente pautas caras ao governo e ao bolsonarismo, como homeschooling e armas, terão apoio no Congresso em ano eleitoral; e nega que a ofensiva para reduzir o preço da energia e dos combustíveis seja eleitoreira.

"A guerra na Ucrânia não se move pelas nossas eleições. O preço dos combustíveis, a pressão sobre o preço, não se move pelas nossas eleições"; afirmou o senador.

Portinho foi indicado ao cargo quase seis meses após o ex-titular, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), deixá-la Para ele, ex-líder do PL na Casa, a demora não trouxe nenhum prejuízo ao Planalto.

Ele descartou qualquer tentativa de golpe por parte de Bolsonaro caso não se reeleja em outubro. "Ele também quer eleições limpas, eu também quero. Há

muita narrativa nisso. O Judiciário tem inflamado bastante isso", afirmou.

Dizendo que o Judiciário "tem agido como fígado", criticou declarações do ministro Edson Fachin, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), de que eleições são tratadas por "forças desarmadas".

"Quando o ministro Fachin diz que não precisa das Forças Armadas, está exagerando na retórica, porque ele sabe da importância das Forças Armadas para o processo eleitoral. Ele sabe que no Rio de Janeiro, sem as Forças Armadas, as seções, as umas vão ser capturadas pela milícia ou pelo tráfico, o eleitor vai ser capturado", afirmou.

Portinho disse ser "injusto" e "incorreto" o TSE abrir o processo para participação da sociedade civil, mas fechar as portas às Forças Armadas.

As Forças Armadas foram convidadas pelo TSE a participarem da CTE (Comissão de Transparência das Eleições), que reúne especialistas e representantes do Congresso. Polícia Federal e entidades.

A participação dos militares na CTE se converteu em combustível para o discurso golpista de Bolsonaro, que tem levantado dúvidas sobre a segurança do sistema eletrônico.

Na comissão, os militares apresentaram mais de 80 questionamentos sobre o processo eleitoral, além de sete sugestões de alterações nos procedimentos. Quase todas as propostas foram rejeitadas de forma assertiva pelo TSE.

Portinho também cobrou autocrítica do Judiciário, citando as eleições municipais de 2020, quando houve atraso na divulgação dos resultados.

"Quando o TSE chamou para ele a apuração de mais de 5.000 e tantos municípios, trouxe para ele uma responsabilidade que ele não conseguiu responder no mesmo tempo que os TREs [Tribunais Regionais Eleitorais] respondiam" argumentou Portinho. "Isso gerou uma insegurança." O senador também afirmou acreditar nas urnas eletrônicas. "Eu participei como escrutinador lá na minha juventude do processo manual de apuração. Sei que aquele era o pior processo que poderia", disse. Mas ressaltou que não

impedir atualização do processo "por uma narrativa de que ou você é contra ou a favor do sistema é uma visão muito pequena".

O líder acenou ao presidente e disse que a discussão sobre a impressão do voto ainda está viva. "O voto ser impresso para o cidadão olhar e ato seguinte depositar numa urna, eu não vejo nenhum problema nisso", afirmou.

Para Portinho, a **inflação** é um ponto de atenção para o governo na busca pela reeleição. Bolsonaro aparece nas pesquisas de intenção de voto em segundo lugar, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No último Datafolha, a distância entre os dois era de 21 pontos.

"Eu acho que o governo começa a comunicar melhor e que há um sentimento positivo hoje a respeito da nossa economia", disse Portinho, antes de ressaltar que não há "bala de prata" para lidar com o aumento dos preços.

Nesta segunda (13), o Senado aprovou projeto de lei complementar que considera bens essenciais combustíveis, energia, telecomunicações e transportes, e estabelece um teto de 17% e 18% para esses itens, em relação ao ICMS.

Também deve ser votada na próxima semana uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que prevê repasses de até R\$ 29,6 bilhões da União para estados que concordarem em estabelecer alíquota zero nos **tributos** estaduais sobre combustíveis.

As medidas foram articuladas com o governo, que vem sofrendo desgaste com a alta dos preços da gasolina e do diesel, a menos de quatro meses das eleições.

Por outro lado, Portinho admitiu que outras pautas importantes para a base bolsonarista, como educação domiciliar e armas, devem ficar para um eventual segundo mandato de Bolsonaro.

"A gente tem que buscar aquelas [pautas] que são convergentes. É um ano eleitoral. Então, se não forem pautas convergentes nesse momento, a gente vai gastar energia, desgastar às vezes até o governo e talvez seja mais estratégico ele esperar ser reeleito ou formar uma base maior de parlamentares para que possa conduzir algumas pautas", ressaltou ele.

Em sua avaliação, esses projetos devem avançar depois das eleições. "Se houver convergência depois das audiências públicas, é possível votar o texto. Mas se houver divergência, na minha opinião, o governo deve esperar as eleições, a renovação da sua maior legitimidade com o voto, sua maior bancada, e vai

conduzir essas pautas melhor"

Lira afasta aliado do presidente após STF confirmar cassação

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), determinou o afastamento imediato do deputado José Valdevan de Jesus, o Valdevan Noventa (PL-SE), após a Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) restabelecer a cassação do mandato do aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL). A decisão de Lira foi publicada nesta terça-feira (14) em edição extra do Diário da Câmara dos Deputados. Ele também determinou que o petista Márcio Macêdo (SE) reassuma o cargo. Valdevan Noventa havia sido cassado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por abuso de poder econômico durante a campanha de 2018. O ministro Kassio Nunes Marques suspendeu a cassação, mas teve a decisão anulada em votação da Segunda Turma da corte.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49943>

# BC deve dar novo alerta sobre risco fiscal após plano para combustível



Roberto Campos Neto, presidente do BC, que deve elevar hoje a Selic em 0,5 ponto percentual. Adriano Machado - 25.mai.22/Reuters

**Nathalia Garcia**

## BRASÍLIA

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central, que se mostrou menos pessimista com a situação fiscal nas duas últimas reuniões, deve voltar a fazer alertas sobre riscos em meio ao empenho do governo para baratear os preços dos combustíveis usando os cofres públicos.

Essa é a avaliação de alguns economistas ouvidos pela Folha às vésperas do encontro do colegiado, que decidirá nesta quarta (15) o novo patamar da taxa básica de juros (Selic).

A expectativa consensual do mercado é de uma alta de 0,5 ponto percentual, com a Selic passando de 12,75% a 13,25% ao ano. Quanto ao fim do ciclo de aperto monetário, os analistas esperam que o BC não descarte um ajuste final em agosto dado o cenário de **inflação** persistente e disseminada e de novas percepções de risco fiscal.

Para Alexandre Schwartzman, ex-diretor do BC, o colegiado deve repetir o tom mais duro usado na "ata dos recados", divulgada em fevereiro.

Na ocasião, o Copom afirmou que "políticas fiscais que tenham efeitos baixistas sobre a **inflação** no curto prazo podem causar deterioração nos prêmios de risco, aumento das expectativas de **inflação** e, consequentemente, um efeito altista na **inflação** prospectiva."

"Eles vão ter de dar esse alerta, basicamente resgatar a linguagem que foi usada para dizer "não é assim que o jogo é jogado, não me venha reduzir a **inflação** de curto prazo mexendo com imposto e, ao mesmo tempo, comprometendo a saúde financeira de estados e do próprio governo federal", ainda mais para ganhar a eleição", afirmou.

Segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto a menos de quatro meses das eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL) demonstra preocupação com o aumento nos preços dos combustíveis, tido como obstáculo à sua reeleição.

O pacote de medidas inclui o PLP (projeto de lei complementar) 18, que cria um limite de 17% a 18% na alíquota de ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transportes, aprovado nesta segunda pelo Senado, e a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Combustíveis, que autoriza o governo federal a compensar a perda de arrecadação de estados que zerarem a cobrança do ICMS sobre diesel e gás de cozinha, entre outras condições, ainda em tramitação.

Ao mesmo tempo, o Executivo se dispõe a zerar o PIS/Cofins e a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) da gasolina e do etanol até o fim do ano.

Heron do Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, da Universidade de São Paulo), ressalta que tais propostas podem reduzir a **inflação** no curto prazo, mas comprometer a economia nos próximos anos. "Quando você piora a situação fiscal, você contrata uma **inflação** maior futuramente ou uma dificuldade maior para reduzir a **inflação**", afirmou.

Se aprovadas sem alterações e com 100% de repasse aos preços finais, tais medidas poderiam reduzir o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 2022 em até 3,1 pontos percentuais, na estimativa do Santander. Por outro lado, o banco prevê um aumento de 0,6 ponto percentual nas projeções de **inflação** para 2023, que é o horizonte de política monetária do BC.

"Acredito que o Banco Central pode abordar a questão

fiscal no âmbito do balanço de riscos para a **inflação**, uma vez que algumas das medidas em debate no Congresso podem afetar o processo de ancoragem das expectativas inflacionárias", disse Mauricio Oreng, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander.

O boletim Focus, divulgado pela última vez no dia 6 de junho (de forma parcial, devido à greve dos servidores do BC), mostrou uma deterioração sucessiva das expectativas de **inflação** tanto para este ano, como para 2023 -com projeções de 8,89% e 4,39%, respectivamente.

Apesar da mobilização dos funcionários, o colegiado do BC contará com as projeções atualizadas do relatório na decisão desta quarta.

Considerando que parte do impacto positivo das desonerações tributárias seja revertido em 2023, as projeções para o IPCA tendem a ficar acima do teto da meta no próximo ano, quando o objetivo a ser perseguido pelo BC é de 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Ana Madeira, economista-chefe para Brasil do HSBC, destaca que a preocupação fiscal coloca um adicional na conta. "A gente sabe o quão difícil é reverter esse tipo de medida. A nossa percepção é que, quanto mais se gasta, mesmo que temporariamente, os investidores acabam colocando um pouquinho de prêmio de risco a mais", afirmou.

O HSBC aguarda a materialização das decisões para, se necessário, revisar suas estimativas - atualmente, tem uma projeção de **inflação** de 8,3% para o fim deste ano e de 4% para 2023.

Nesse contexto, prevê que o BC eleve a Selic a 13,25% e feche seu ciclo nesta semana, embora deixe a porta "entreaberta" para o encontro de agosto, a depender dos dados.

A desancoragem das expectativas para 2023 pode levar o Copom a reconsiderar seus próximos passos, segundo Madeira. "O Banco Central poderia rever seu plano de voo de dois modos: ou estendendo as subidas da Selic ou eventualmente deixando ela mais alta por mais tempo", disse, sem eleger um modelo como mais provável.

Uma piora no balanço de riscos exigiria do BC uma dose ainda mais forte de juros para colocar a **inflação** na meta dentro do horizonte relevante. No entanto, a autoridade monetária já sinalizou mais de uma vez o desejo de colocar fim ao ciclo de aperto, que teve início em março do ano passado. Tal decisão poderia

ser justificada pelos efeitos desfasados de uma política monetária já claramente restritiva.

O BTG Pactual, que também espera uma alta de 0,5 ponto percentual na Selic, aguarda a comunicação do BC para projetar um ajuste derradeiro de menor ou igual magnitude em agosto. Segundo o economista Álvaro Frasson, a conjuntura exige cautela.

"Os dados recentes de **inflação**, por mais que venham desacelerando, apresentam um qualitativo ruim, com índices de difusão bastante elevados, núcleos bem acima da média histórica. Por conta disso, faltam argumentos para o Banco Central conseguir fazer uma comunicação mais dovish [pró-taxas mais baixas de juros] ou de encerramento de ciclo", disse.

Na última quinta-feira (9), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) informou que o IPCA fechou em 0,47% em maio, atingindo 11,73% no acumulado de 12 meses. Apesar de o índice ter vindo abaixo das projeções do mercado, oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram avanço de preços no mês.

Para o BTG, o IPCA fechará o ano em 9,2%, com possibilidade de redução de até 2,9 pontos percentuais com a aprovação do plano para combustíveis. Para 2023, estima que parte desse impacto seja revertido, adicionando 0,9 ponto percentual à conta de **inflação**, estimada até o momento em 4,3%.

**Site:**

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49943&\\_ga=2.103964864.1901285320.1655214713-1946347472.1596450023&anchor=6457745&pd=3ea5e0016bb1a085268074d9a9988407](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49943&_ga=2.103964864.1901285320.1655214713-1946347472.1596450023&anchor=6457745&pd=3ea5e0016bb1a085268074d9a9988407)

# STJ autoriza sequestro de bens em processo de sonegação fiscal

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187245](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187245)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187245](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187245)

# Solução agora, custo no futuro (Editorial)

O esforço para encontrar formas de reduzir os preços de produtos e serviços, que comprometem o orçamento das famílias em um contexto de empobrecimento da população, fome e insegurança alimentar atingindo um contingente crescente de brasileiros é mais do que necessário; se torna uma obrigação dos governos, sobretudo o federal. Nesse sentido, o projeto fixando limite de 17% para a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis, energia, telecomunicações e transportes é bem-vindo para os consumidores.

A proposta que torna esses serviços como essenciais deve ser transformada em lei e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, principal patrocinador da medida tributária de olho na sua reeleição ao Palácio do Planalto. Mas é preciso deixar claro a que preço essa ação está sendo feita, ou melhor, qual o custo ela terá para a sociedade.

Como a redução do imposto terá compensação para os estados até o fim do ano, o equilíbrio da medida está garantido apenas até pouco depois das eleições. Sem a compensação, os estados se verão sem uma arrecadação que hoje banca gastos com segurança e educação e, caso não consigam repor essa receita, o custo para a sociedade será a piora desses serviços públicos essenciais e sensíveis à opinião pública.

Não apenas isso e talvez o mais sério é o fato de o governo federal arcar com essa compensação aos entes federados, ao custo de R\$ 30 bilhões.

São recursos públicos que equivalem a quase o valor da privatização da Eletrobras (R\$ 33,7 bilhões). Sem contar a perda de arrecadação com a renúncia da Cofins, do PIS/Pasep e da Cide. Esse dinheiro será gasto sem que o problema do custo fiscal dos produtos e serviços tenha sido resolvido de forma estrutural. O imposto mexe no preço final, mas não elimina a pressão das cotações do petróleo e do câmbio sobre o valor nas refinarias.

A intervenção do governo federal na cobrança do imposto estadual e na política de preços da Petrobras, que há mais de 90 dias não reajusta o valor da gasolina nas refinarias, interrompendo, sem explicação ao mercado financeiro, a política de Preço de Paridade de Importação (PPI), assim como a ação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de postergar reajustes nas contas de luz mostram que o ministro da Economia, Paulo Guedes, falou sério ao sugerir que

supermercados não aumentem preços por três meses.

O pedido do ministro foi feito também pelo presidente Bolsonaro, que sugeriu contenção dos lucros do setor privado, indicando que não há nenhuma política por parte do governo para reduzir de forma efetiva os preços dos alimentos e que Guedes aposta na expectativa de que a queda no valor do diesel, que impacta o transporte desses itens, seja suficiente para baixar o valor das commodities agrícolas no mercado interno. Nossa história recente mostra que o represamento de preços é desastroso para a economia, impondo custos altos para a sociedade.

No Plano Cruzado, criado em fevereiro de 1986, a manutenção do congelamento provocou desabastecimento, mas o governo José Sarney insistiu em manter os preços inalterados visando as eleições naquele ano. O PMDB de Sarney venceu nas urnas, encerrou o tabelamento logo após a votação e no ano seguinte os preços dispararam, com a **inflação** chegando a 415,83%. Mais recentemente, em 2013, a presidente Dilma Rousseff adotou medidas para reduzir a conta de luz em 18%.

Um ano depois foi reeleita, mas as tarifas de energia aumentaram mais de 70% em 2015. A história mostra que os brasileiros podem esperar, para depois das eleições, uma explosão de preços que contaminará a **inflação** do próximo ano. Medidas imediatistas e populistas tomadas agora podem cobrar um preço alto no futuro.

# Pressão sobre o juro (Editorial)

Preços de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte urbano devem baixar ou passar por reajustes menores nos próximos meses. É difícil estimar o efeito das medidas do governo Jair Bolsonaro (PL) e do Congresso na conta que chegará ao consumidor.

É certo, porém, que o pacote eleitoral terá impacto nas contas públicas, na inflação futura e na taxa de juros. O Banco Central e a próxima administração terão problemas ainda maiores para gerir.

Não por acaso, discute-se no mercado financeiro se o Comitê de Política Monetária do BC -que deve anunciar nesta quarta (15) nova alta da taxa Selic, hoje em 12,75% anuais- fará um alerta sobre o aumento do risco fiscal, isto é, da probabilidade de que desequilíbrios orçamentários forcem juros mais elevados e por mais tempo.

O projeto que implica a redução de alíquotas do ICMS e estipula compensações federais para os estados passou no Senado e retornou para a ratificação pela Câmara dos Deputados. Afora embaraços judiciais, deve entrar em vigor e provocar baixas transitórias e permanentes de receitas.

Além do mais, a desoneração tributária aumenta a renda disponível de consumidores, o que pressiona a demanda e os preços.

Tudo o mais constante, a dívida pública tende a subir, outro fator de alta das taxas de juros. E os problemas não param por aí.

O projeto que baixa o ICMS sobre combustíveis, eletricidade, comunicação e transporte urbano também suspende, para seus fins, parte de leis fiscais e orçamentárias, aquelas que exigem compensações para perdas de receita e punições para quem promove buracos na contabilidade pública.

No ano passado, uma canetada na Constituição já ampliara o teto de gastos, minando a credibilidade da política econômica -e dificultando o controle da inflação.

O recém-divulgado IPCA de maio foi menor devido ao fim da cobrança da bandeira tarifária de escassez de eletricidade. No mais, o indicador apontava carestia ainda preocupante, com altas muito disseminadas de preços.

Parte dos descontos de impostos vencerá no final deste ano. Haverá, então, nova rodada de reajustes de preços -ou, quem sabe, novos improvisos tributários a desorganizar mais a economia e o Orçamento.

A expectativa de que a inflação fique próxima da meta oficial de 3,25% em 2023 perde força. Nesse cenário, ou o BC eleva os juros além do nível de 13,25%, para onde devem ir nesta quarta, ou os mantém elevados por mais tempo, até meados do próximo ano.

Como o país já deveria ter aprendido, o populismo fiscal, de esquerda ou de direita, sempre gera custos elevados mais à frente.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49943>

# O Vale do Javari e nosso eterno vale-tudo (Artigo)

**Paulo Vinicius Coelho (PVC), Jornalista e autor de "Escola Brasileira de Futebol" (ed. Objetiva), é colunista da Folha**

A Rede Globo exibiu a novela "Vale Tudo" em 22 de dezembro de 1988, data em que Chico Mendes foi brutalmente assassinado em Xapuri, no Acre, pelo filho do fazendeiro Darly Alves da Silva. Cazuza cantava a música de abertura da trama, cujo refrão era: "Brasil! Mostra a tua cara, quero ver quem paga, pra gente ficar assim. Brasil! Qual é o teu negócio? O nome do teu sócio? Confia em mim".

O governo José Sarney (1985-1990) promulgou a nova Constituição e, mesmo assim, havia quem xingasse a democracia por exclusiva culpa de um governo incapaz de combater problemas sociais graves. A **inflação** anual era de 980% no mês do homicídio de Chico Mendes.

O ecologista acreano havia ajudado a aglutinar os seringueiros da Amazônia e foi condecorado pela ONU, no ano anterior, por seu ativismo a favor do meio ambiente. O assassinato teve enorme repercussão internacional, enquanto Cazuza cantava outro de seus versos, também da canção "Brasil": "O meu cartão de crédito é uma navalha".

Faz 34 anos e o país voltou a ser o mesmo? Tem **inflação** e remarcação de preços em níveis inferiores aos do final dos anos 1980, mas com brasileiros percebendo preços diferentes a cada visita ao supermercado.

A violência cresce, e a polícia invade comunidades no Rio de Janeiro, como a PM do ex-governador Orestes Quércia fazia a desocupação da Vila Socialista, em Diadema (1990), de forma impositiva e arbitrária.

Acima de todas as trágicas semelhanças, o jornalista inglês Dom Phillips e o indigenista brasileiro Bruno Pereira são possivelmente mortos no coração da Amazônia. O Vale do Javari está para 2022 como Xapuri estava para 1988.

O Brasil não poderia ser diferente 34 anos depois?

Há poucos dias, parte do país se lembrou de que se completaram 30 anos da Eco 92, no Rio de Janeiro. A conferência foi importante, um marco para os debates

sobre Justiça e meio ambiente. Estávamos três anos e meio depois da morte de Chico Mendes.

Os anos 1990 e a primeira década do século 21 deram a ideia de que o Brasil poderia melhorar. Faltaram as reformas, o investimento em educação e saúde, mas a esperança voltou aos rostos de pessoas -exceto para aquelas que lamentaram o sucesso da empregada doméstica que podia ir à Disney.

Então, nossa carruagem virou abóbora.

Dom Phillips nasceu no Merseyside e poderia sentar-se em Anfield para ver o Liverpool, de Jürgen Klopp. Sempre preferiu o trabalho árduo pelo meio ambiente. Como Bruno Pereira, funcionário de carreira da Funai exonerado em 2019 por pressão de ruralistas -um ano depois de ter chefiado a maior expedição em 20 anos para contato com indígenas isolados.

Os dois embrenharam-se pela Amazônia em busca de justiça e foram ameaçados por madeireiros, garimpeiros e pescadores, antes dos possíveis brutais assassinatos.

O cardápio completo para demonstrar que o Brasil não saiu -ou pior, voltou- ao século passado. Mais precisamente a 1988. O nosso atual vale-tudo tem **inflação**, misoginia, racismo e homicídio de quem defende respeito, igualdade, inclusão e meio ambiente.

Cazuza já cantava há 34 anos: "Será que é o meu fim ver TV a cores, na taba de um índio, programada para só dizer sim?".

[...] Tem **inflação** e remarcação de preços em níveis inferiores aos do final dos anos 1980, mas com brasileiros percebendo preços diferentes a cada visita ao supermercado. A violência cresce, e a polícia invade comunidades (...) O Vale do Javari está para 2022 como Xapuri estava para 1988

Paulo Vinicius Coelho (PVC), Jornalista e autor de "Escola Brasileira de Futebol" (ed. Objetiva), é colunista da Folha

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49943>

# Demos o golpe, e agora? - ELIO GASPARI

**ELIO GASPARI**

Num exercício de quiromancia política pode-se dizer que são mínimas as chances de um golpe nos dias seguintes a uma possível vitória de Lula nas próximas eleições. Mesmo assim, essa afirmação é temerária quando o presidente da República sopra ventos golpistas e o ministro da Defesa, ex-comandante do Exército, repreende o Tribunal Superior Eleitoral.

Admita-se, portanto, que existem pessoas preferindo um golpe. Para que?

Em 1968, quando o general Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5 o Brasil via um raro processo de radicalização. Grupos armados de esquerda praticavam atos terroristas. Pelo menos onze bancos foram assaltados. Em junho, seis meses antes da edição do AI-5, um hospital militar foi atacado e uma bomba explodiu diante do Quartel General do Exército em São Paulo, matando um soldado.

Em julho, terroristas executaram um major alemão supondo que ele era um oficial boliviano. Em outubro, foi assassinado um capitão americano que vivia em São Paulo.

Noutra ponta, com o terrorismo da direita, militares lotados no Centro de Informações do Exército punham bombas em teatros e livrarias vazias. Espancavam-se atores e um maluco que se dizia ligado a um general praticou pelo menos 14 atentados em São Paulo. Quatro pessoas foram sequestradas no Rio e levadas clandestinamente para quartéis.

Esse clima não existe hoje. Também não existem os sinais de recuperação da economia, renunciando o que viria a ser o Milagre Brasileiro.

Recuando-se um pouco mais, chega-se a 1964, quando um governo ruinoso associou-se à indisciplina militar de marinheiros rebelados. Isso não existe hoje. Acima de tudo, não existe o projeto de uma elite autoritária, porém cosmopolita a reformista. Sabendo o que fazia, o general Castello Branco entregou a gestão da economia a Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões.

Hoje, o que há no bufê é um presidente que depois de flertar com a indisciplina de policiais militares, demitiu três presidente da Petrobras para derrubar o preço dos combustíveis e um ministro da Economia que, com uma **inflação** de dois dígitos, sugere o congelamento

voluntário de preços aos supermercados.

Existem pessoas que flertam com um golpe. Para fazer o que? O que está na mesa é um autoritarismo retrógrado que, pela força da gravidade, se aproximará do velho salvacionismo latino-americano. O coronel Hugo Chávez era um oficial moralista e aventureiro. Eleito presidente, inventou o bolivarianismo e deu no que deu.

A carta dos golpes do século passado saiu do baralho. Vale lembrar o que escreveu o general Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, no dia 20 de março de 1964:

"Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e sua coexistência." (Naquele tempo, não existiam milícias nas cidades e nas matas do Brasil. Hoje elas dominam bairros em algumas cidades, e associam-se ao crime na Amazônia, infiltrando-se na agenda dos agrotrogloditas.)

Como disse o general Hamilton Mourão em julho de 2018, quando o ex-capitão Jair Bolsonaro cavalgava os sonhos da direita nacional: "Existe certo radicalismo nas ideias, até meio boçal."

Passaram-se quatro anos e a boçalidade avançou.

**Sítio:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49943>

# Câmara aprova texto-base de projeto que limita alíquotas de ICMS

*Danielle Brant, Renato Machado e Raquel Lopes*

A Câmara aprovou nesta terça (14) o projeto de lei complementar que estabelece um limite para as alíquotas do ICMS (imposto estadual) incidente sobre combustíveis, energia, transportes e telecomunicações.

O texto-base foi aprovado por 348 votos. Problemas técnicos impediram a votação de destaques (propostas de modificação ao texto), que serão apreciados nesta quarta (15). A seguir, o projeto segue para a sanção de Jair Bolsonaro (PL).

O corte de **impostos** sobre combustíveis é a principal aposta do governo Bolsonaro para reduzir o preço nas bombas e tentar segurar a **inflação**. A menos de quatro meses da eleição, a alta de preços é um dos principais motivos de desgaste para o presidente, na avaliação de integrantes de sua campanha.

Bolsonaro trava uma guerra com governadores, acusados de manter as alíquotas dos **tributos** estaduais e, assim, impedir a queda nos preços.

A versão aprovada pelos deputados representa uma derrota ainda mais dura para os governadores, tendo em vista que os pequenos ganhos com as alterações no Senado foram retirados na Câmara.

O PLP18 transforma combustíveis, energia, telecomunicações e transportes em bens essenciais. Com isso, eles passam a ter um limite máximo de 17% e 18% do ICMS. Em alguns estados, como o Rio, isso significa que a alíquota pode ser reduzida pela metade.

O relator da proposta na Câmara, Elmar Nascimento (União Brasil-BA), reverteu algumas medidas que havia sido incluídas no Senado para amenizar o impacto. A principal delas se refere ao gatilho que permite a compensação para estados.

A proposta original aprovada na Câmara previa a compensação sempre que a arrecadação total tivesse queda superior a 5%.

O relator no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), alterara o texto para determinar que a variação de 5% deveria se referir apenas à queda na arrecadação

dos quatro itens -combustíveis, energia, telecomunicações e transportes. Além disso, Bezerra acatou emenda que previa que fosse considerada a **inflação** no período para determinar a variação, medida que agradou aos governadores.

Nascimento descartou as alterações e retomou a primeira versão, que considera a variação de 5% sobre toda a arrecadação do estado.

Em outra medida contrária aos interesses dos estados, o relator decidiu resgatar um mecanismo incluído pela Câmara na primeira votação e depois retirado pelos senadores. O dispositivo proibia estados que já tinham alíquotas abaixo de 17% de promoverem aumentos para chegar ao limite estipulado no texto.

O texto aprovado pelos deputados, por outro lado, manteve outras medidas que dão alívio imediato para os estados -que reclamam que terão perdas na casa de R\$ 80 bilhões. O Senado havia determinado que a compensação aos estados se daria com abatimento no pagamento da dívida, para facilitar o fluxo e haver uma contrapartida mais instantânea, e não no estoque da dívida.

Outra alteração dos senado -res e mantida na Câmara prevê a inclusão de mecanismos para compensar estados que tenham perdas maiores que 5%, mas não têm dívidas com a União. Eles receberão, em 2023, parte da fatia do governo federal na CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). O relator no Senado disse que cinco estados podem se enquadrar nessa situação, e o impacto será de até R\$ 3 bilhões.

Esse grupo também terá prioridade na obtenção de novos empréstimos junto a bancos e a outras instituições.

Elmar Nascimento manteve o mecanismo que garante a compensação integral do Fundeb (fundo para educação básica) para arcar com os mínimos constitucionais para saúde e educação. A proposta não constava no texto principal aprovado pelos senadores, mas acabou incluída após ser votada em separado. O relator na Câmara manteve a mudança.

O texto também inclui as medidas que haviam sido anunciadas por Bolsonaro para conter o preço dos

combustíveis, em um momento de alta de **inflação** e em que o mandatário busca a reeleição. Constatam a redução a zero das alíquotas da Cide-Combustíveis, PIS e Cofins incidentes sobre a gasolina até 31 de dezembro de 2022. Essas medidas vão representar uma renúncia fiscal por parte do governo federal de R\$ 17 bilhões.

O relator especificou também o GNV (Gás Natural Veicular) como produto que teve alíquota zerada.

O projeto teve como um de seus principais defensores o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que endossou o discurso de Bolsonaro contra os governadores.

Em entrevista à CNN Brasil na tarde desta terça, Lira negou que o Congresso tenha intenção de diminuir a arrecadação de estados, qualificada pelo deputado como abusiva.

"Nós sairemos de uma previsão de alta de arrecadação nesses itens que estão sendo regulados de R\$ 116 bilhões a mais do que em 2021 para possivelmente R\$ 70 bilhões, R\$ 80 bilhões em 2022" disse.

O texto é a primeira de três propostas articuladas entre Congresso e governo, para tentar reduzir o preço dos combustíveis. O senador Fernando Bezerra havia estimado que a entrada em vigor das três medidas poderia provocar uma redução de R\$ 1,65 no valor do litro da gasolina e de R\$ 0,76, no litro do diesel.

A segunda proposta, aprovada no Senado também nesta terça-feira, é a PEC (proposta de emenda à Constituição) que busca manter a competitividade do etanol e outros biocombustíveis, em face da redução de **impostos** para os combustíveis fósseis. A proposta prevê um "regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final". A PEC agora precisa ser votada pela Câmara.

A outra medida prevê o repasse pela União de até R\$ 29,6 bilhões para estados que concordarem em zerar suas alíquotas sobre combustíveis.

## GOVERNO REJEITA PROPOSTA DOS ESTADOS DE RESSARCIMENTO

A AGU (Advocacia-Geral da União) se manifestou nesta terça (14) contra a proposta de acordo feita pelos estados para resolver o impasse com o governo federal a respeito da redução tributária sobre combustíveis e outros itens. Com isso, o ministro André Mendonça, do Supremo, deve decidir sozinho, mesmo que de maneira provisória, sobre a disputa.

Os estados aceitaram fazer cortes no ICMS, mas querem ser integralmente ressarcidos pela União.

### Site:

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49943&\\_ga=2.103964864.1901285320.1655214713-1946347472.1596450023&anchor=6457745&pd=3ea5e0016bb1a085268074d9a9988407](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49943&_ga=2.103964864.1901285320.1655214713-1946347472.1596450023&anchor=6457745&pd=3ea5e0016bb1a085268074d9a9988407)

# Greve de 15h prejudica 1,5 milhão em SP e vai aumentar custo do transporte



ÍTALO LO RE ADRIANA FERRAZ

A paralisação dos ônibus municipais, que afetou ao menos 713 linhas e 1,5 milhão de passageiros durante a manhã e tarde de ontem, foi encerrada com um acordo entre patrões e empregados, em menos de 24 horas.

Mas a situação ainda deve levar a acréscimo no subsídio público para o transporte ou em aumento da tarifa, conforme admite o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB).

A SPUrbanuss, entidade que representa os empresários do setor, informou que o acordo se deu após parecer do Ministério Público do Trabalho, que teria considerado a greve legal e também a reivindicação do pagamento do reajuste de 12,47% contado a partir de maio. Conforme a São Paulo Transporte (SPTrans), a paralisação, que teve início na madrugada, afetou ao menos 1,3 mil linhas diurnas e 6,5 mil ônibus (de um total de 13,5 mil).

"Foi cruzando os braços que os condutores conseguiram mostrar a importância da categoria para o funcionamento da maior cidade do País", disse, em nota, o Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo (Sindmotoristas).

Segundo a entidade, a paralisação, que durou 15h, foi suspensa, mas "outras reivindicações estão em negociação".

**SUBSÍDIO.** O prefeito Ricardo Nunes disse que ainda vai estudar se o repasse financeiro para que as empresas banquem o aumento da categoria virá de maior subsídio do Município ao setor ou de aumento da tarifa, hoje em R\$ 4,40. "Vai depender da

quantidade de passageiros.

Se entra bastante passageiro, aumenta a receita e diminui a diferença para dar o subsídio", afirmou ao Estadão.

Em 2021, o subsídio no transporte público custou aos cofres do Município R\$ 3,44 bilhões.

Apesar da alta da **inflação** no último ano, a gestão Nunes optou por manter o preço da passagem de ônibus congelado, na expectativa de que fosse aprovado no Congresso socorro financeiro federal às prefeituras, o que não ocorreu.

"Vai depender também da votação desse projeto do ICMS (em análise no Congresso), se vai reduzir o valor do diesel na bomba. Tem muitas variantes nesse processo. O esforço da Prefeitura é de que não tenha aumento da tarifa.

Esse é o maior esforço que a gente vai fazer. Evidentemente, vou ver até onde vou conseguir levar isso, mas deve ser comportado pelo subsídio. O que eu não tenho agora é o número que representa tudo isso, porque está mudando muito", acrescentou Nunes.

Em geral, reajustes da tarifa municipal de ônibus da capital costumam vir acompanhados do anúncio do aumento das passagens de metrô e trens pelo Estado. Mas o governador Rodrigo Garcia (PSDB), que tem ficado próximo de Ricardo Nunes, é candidato à reeleição.

**NA JUSTIÇA.** As negociações da campanha salarial dos condutores de São Paulo começaram em março. O pedido de 12,47% de reajuste salarial, referente ao índice do INPC/IBGE, foi aceito pelo sindicato patronal antes da paralisação, mas só a partir de outubro - para não deflagrar a greve, o Sindmotoristas exigia o respeito à data-base de 1.º de maio.

Com o anúncio da paralisação de 24h, já que não houve acordo em um primeiro momento, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) determinou "a garantia da circulação de 80% do efetivo durante horários de pico (6h às 9h e 16h às 19h) e de 60% nos demais períodos". Em caso de descumprimento, a multa diária prevista era de R\$ 50

mil.

"Não houve a manutenção, no período da manhã, dos 80% da frota necessária, conforme foi decidido pela Justiça trabalhista.

E agora, na hora do entropico, os 60% também não foram mantidos", disse ao Estadão o secretário executivo de Transporte e Mobilidade Urbana, Gilmar Pereira Miranda.

Pela manhã, o prefeito chegou a dizer que notificaria a Justiça pelo fato de o Sindmotoristas não ter garantido a frota mínima, além de autuar empresas por não cumprirem as viagens.

O Município ainda liberou o rodízio de veículos e permitiu o uso de faixas restritas de ônibus por carros. Mesmo assim, a população relatou atrasos e os demais modais, como os trens, ficaram lotados (mais informações nesta página).l

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Copom refém da incerteza - FÁBIO ALVES



**FÁBIO ALVES**

Uma alta de 0,50 ponto porcentual da taxa Selic, para 13,25%, já é amplamente esperada para a decisão do Copom hoje, mas a grande expectativa é saber como o Banco Central vai tratar o projeto que reduz **impostos** sobre combustíveis e outros serviços essenciais.

Para analistas, essa avaliação no **comunicado** do Copom seria a principal sinalização sobre os próximos passos da política monetária, em particular se o ciclo de alta de juros poderá prosseguir em agosto. Isso porque há o temor em relação tanto à piora fiscal quanto ao efeito adverso sobre a **inflação** no médio prazo do que está em discussão.

Foi mal recebida pelo mercado a proposta do governo, via PEC, para ressarcir os Estados que decidirem zerar o ICMS sobre diesel e gás de cozinha, que resultaria numa despesa ao redor de R\$ 25 bilhões fora do teto de gastos.

Como a zeragem nos **impostos** está prevista para acabar no fim deste ano, voltando a carga tributária mais alta no ano que vem, o alívio na **inflação** é de curto prazo e resultará numa pressão maior sobre os preços em 2023, justamente o horizonte relevante para a política monetária.

Antes disso, há o projeto para limitar a cobrança do

ICMS em 17% para combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte, o que resultaria em renúncia de arrecadação de bilhões de reais, comprometendo o resultado primário do setor público.

Por enquanto, a grande maioria dos economistas não embutiu nas projeções os cálculos já feitos sobre o impacto na **inflação** de 2022 e 2023 dos projetos de redução de **impostos**.

Após o IPCA de maio, a mediana das estimativas para a **inflação** de 2022 caiu para 8,70%, no levantamento do Projeções Broadcast, ante 8,89% da última pesquisa Focus, do BC. E o consenso das projeções para o IPCA em 2023 ficou em 4,50% ante 4,39% no boletim Focus.

Como a aprovação de uma PEC nem sempre ocorre no prazo desejado pelo governo ou mantém o texto original, a reunião do Copom hoje está envolta num elevado grau de incerteza. E mesmo o alívio com o teto para o ICMS chegará integralmente aos preços das bombas de combustíveis?

Além do mais, não se sabe se a piora da percepção do risco fiscal seguirá pressionando o dólar, outra variável importante para as expectativas de **inflação**.

Nesse cenário tão nebuloso, o Copom deveria deixar em aberto a decisão sobre os juros na reunião de agosto. Até lá, terá mais informações sobre a dinâmica da **inflação**, os efeitos defasados da política monetária e a aprovação das propostas para reduzir os **impostos** sobre combustíveis.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O Brasil diante do quadro externo ruim (Editorial)



Já afetado por graves desajustes internos, o Brasil enfrenta um cenário internacional de insegurança, com as grandes economias perdendo impulso num ambiente de **inflação** elevada, juros em alta e comércio ainda contaminado pelos efeitos da pandemia e da guerra na Ucrânia. Na maior economia do mundo, a americana, onde os preços ao consumidor subiram 1% em maio e 8,6% em 12 meses, o risco de uma recessão já está nas contas do mercado.

O ritmo da atividade vai depender do aperto monetário imposto pelo Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, para deter a onda inflacionária.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já se referiu às condições externas para fanfarronear sobre a recuperação econômica do Brasil. Os brasileiros poderão ter algum ganho se ele deixar suas fantasias e pensar em como garantir algum crescimento neste ano difícil.

Na maior parte do mundo a atividade já se enfraqueceu no primeiro trimestre. Nesse período, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Grupo dos 20 (G-20) foi 0,7% maior que o dos três meses anteriores, quando havia crescido 1,3%. O Brasil avançou 1% no período de janeiro a março, com desempenho melhor que o da maior parte dos países desse conjunto. Mas o padrão brasileiro tem sido bem mais modesto há vários anos,

notadamente nos três e meio do atual mandato presidencial.

A comparação do primeiro trimestre de 2022 com o último de 2019, anterior à pandemia, mostra um crescimento acumulado de 1,6% para o Brasil.

Para o conjunto do G-20, a expansão nesse período foi de 4,8%. Essa média inclui 15,9% para a Turquia, 8,3% para a China, 5,9% para a Índia, 5,4% para a Arábia Saudita, 4,5% para a Austrália e 3,9% para a Coreia do Sul.

Esse quadro é compatível com o padrão observado a partir do mandato da presidente Dilma Rousseff, marcado pela recessão em 2015-2016, pela explosão inflacionária e pelo enorme desarranjo das contas públicas.

A partir desse mandato o crescimento anual médio da economia brasileira foi pouco superior a 1%.

Para os próximos seis a nove meses as perspectivas são desfavoráveis. Os chamados indicadores antecedentes - como encomendas, expectativas empresariais e investimentos - sugerem perda de impulso no conjunto dos países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para os Estados Unidos estima-se crescimento estável, mas a partir de um resultado fraco nos primeiros meses do ano. Essa avaliação é mais favorável que a de boa parte do mercado financeiro. As expectativas também são de menor expansão em grandes economias externas ao grupo, como a China. Para o Brasil, a avaliação é de crescimento mais lento.

No mercado brasileiro, as projeções têm convergido para 1,5%, uma taxa muito modesta para uma grande economia emergente. Com **inflação** ainda elevada, a terapia dos juros altos deve ser mantida por muitos meses, dificultando a expansão dos negócios. Enquanto isso, o ministro da Economia se concentra em limitar os possíveis danos fiscais produzidos por medidas eleitoreiras.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Contas do governo registram superávit de R\$ 28,6 bi em abril

As receitas do governo federal superaram as despesas em R\$ 28,6 bilhões em abril, sem contar os gastos com juros, informou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional.

Trata-se do melhor resultado desde 1997. O superávit do mês foi maior do que as expectativas do mercado financeiro, cuja maioria apontava um saldo positivo de R\$ 17,3 bilhões, de acordo com a pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia.

"Neste saldo, tivemos impacto do aumento de preços, do PIS/Cofins e do IPI bem acima das expectativas e dos bons resultados do governo em concessões e permissões e em exploração de recursos naturais", explicou Alex Agostini, economista- chefe da Austin Rating.

Agostini, que esperava saldo positivo de R\$ 32,8 bilhões no mês, ressalva que o cenário de contas públicas em equilíbrio, apesar de ter impacto positivo para a economia, transfere a falsa sensação de que tudo está sob controle. "E na verdade não está, considerando que boa parte da arrecadação é causada pelo aumento de preços." A divulgação do resultado de abril deveria ter ocorrido no fim de maio, mas foi adiada por conta de greve do Tesouro Nacional - suspensa somente na semana passada após indicações de que não haveria reajuste para nenhuma categoria neste ano.

No primeiro quadrimestre, o resultado primário registrou superávit de R\$ 79,263 bilhões.

No mesmo período de 2021, o resultado foi positivo em R\$ 46,6 bilhões (valor corrigido pela **inflação**). Em abril, as receitas tiveram alta real de 8% em relação a igual mês de 2021. No acumulado do ano, a alta é de 12,3%. Já as despesas caíram 0,5% em abril, já descontada a **inflação**, mas têm alta de 5,4% em 2022.

No ano R\$ 79,2 bi é o superávit do governo (sem contar os gastos com juros) no acumulado de janeiro a abril

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# No pós-Covid, varejo espera melhor inverno em vendas desde 2014

**CAMILLA ALCÂNTARA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Bolsa tem 8º pregão seguido de queda. Dólar sobe a R\$ 5,13

**LETYCIA CARDOSO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Brasil cai para 59º lugar em ranking de competitividade

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>